

# BANCO CENTRAL INTERVEM NA BANCA COMERCIAL E SALVAGUARDA DIREITOS DOS CLIENTES

Na sua qualidade de entidade reguladora e de supervisão bancária, o Banco de Moçambique decidiu dissolver o Nosso Banco por degradação dos principais indicadores prudenciais e de rentabilidade e substituir o Conselho de Administração do Moza Banco que deverá ser vendido.



## Segundo a pesquisa da AMB:

### **O Sistema Bancário Nacional manteve-se robusto em 2015**

Num contexto de grandes desafios económicos e financeiros que Moçambique atravessa, o sistema bancário nacional manteve-se, em 2015, resiliente, robusto, confiante, diversificado e competitivo.

O ano de 2015 apresentou uma boa performance de resultados, entre outros, a destacar: a solidez dos bancos que se situou, em termos médios, em 20 por cento, estando acima do limite mínimo regulamentar exigido, que é de 8 por cento, bem como das melhores práticas definidas no âmbito de Basileia II; o nível de sinistralidade da carteira de crédito evoluiu de 3,9 por cento em 2014 para 4,01 em 2015, não obstante ter-se registado um maior rigor na concessão, no acompanhamento e no controle do risco de crédito pelos bancos, de modo a salvaguardar o adequado equilíbrio dos seus balanços.

**Página 7**

## **Banco de Moçambique anuncia estabilização da inflação e redução da taxa de câmbio**

O Governador do Banco de Moçambique (BM), Rogério Zandamela manifestou-se encorajado, no dia 19 de Dezembro de 2016, em Maputo, na cerimónia de encerramento do ano económico de 2016, pelo facto dos dados do último trimestre de 2016 indicarem que o ajuste monetário realizado começou a produzir os efeitos desejados. Constatou que a inflação, a taxa de câmbio e os agregados monetários e creditícios que foram monitorados estão a evoluir de forma consistente com a trajectória que sustenta os fundamentos da estabilidade macroeconómica e do sector financeiro. **Pág. 5**



## **AR aprova PES e OE para 2017**



O Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2017 é avaliado em 272,3 mil milhões, o que representa uma redução em 1,5 pontos percentuais do PIB, quando comparado com 2016. **Pág. 11**

# Editorial

## Atravessemos momentos de choques com olhar para o futuro



Dr. José Mussane  
Secretário Geral da AMB

**N**ão é surpreendente a actual situação que a banca comercial atravessa, em face das medidas em curso movidas pela crise económica nacional e internacional.

**C**om efeito, assistimos ao longo do ano de 2016, a tomada de medidas com insidência directa nos produtos e serviços financeiros que constituem objecto da nossa actividade. Quer o Governo, quer o Banco de Moçambique, na sua qualidade de supervisor e regulador, não param de endurecer medidas que visam uma gestão sustentável de recursos, reconquista de confiança dos parceiros internacionais e controlo da inflação.

**E**ntre outras medidas, podemos destacar: a apresentação do Orçamento Rectificativo e a aplicação de medidas de austeridade; o estabelecimento de limites para pagamentos ao exterior com recurso ao cartão bancário internacional; o reforço da Supervisão Prudencial para garantir a estabilidade financeira e da Supervisão Comportamental para salvaguardar o direito dos clientes das instituições financeiras e o Licenciamento Cambial como forma de garantir o cumprimento escrupuloso dos normativos cambiais; aumento da taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD).

**C**omo consequência das medidas em curso, entre outras, vivemos a situação da dissolução do Nosso Banco e da mudança do Conselho de Administração do Moza Banco numa operação para a recapitalização/venda deste banco.

**N**o editorial da edição passada, manifestamos a preocupação da Associação Moçambicana de Bancos (AMB) face ao momento crítico que a economia doméstica e internacional atravessa e prometemos continuar a acompanhar as medidas em curso e intermediar, sempre que necessário, para o benefício dos

Membros Associados.

**N**um contexto de grandes desafios económicos e financeiros como este, a nossa pesquisa mais recente sobre o sistema bancário nacional mostrou que este manteve-se, em 2015, resiliente, robusto, confiante, diversificado e competitivo. A mesma visão foi também partilhada pela consultora Eaglestone Security, ao publicar que a banca comercial moçambicana conseguiu, em 2015, manter as taxas de crescimento elevadas. Todavia, a pesquisa previa que, face as actuais adversidades na economia do país, haveria alterações ao panorama bancário, incluindo fusões e aquisições.

**O** crescimento económico de 2016, segundo as projecções do Governo e do Banco Mundial, estará entre 3,5 e 5 por centos, um dos mais baixos dos últimos quinze anos, por causa de vários factores da conjuntura

doméstica e internacional.

**A**valiando as perspectivas económicas do nosso país, acreditamos que a actual crise é transitória e as medidas em curso poderão projectar a banca comercial para uma situação mais sólida e sustentável no futuro. Neste sentido, impõe-se o ajustamento do sistema financeiro e a aplicação de medidas de adaptação constantes.

**E**speramos que o ano de 2017, embora tenha que iniciar na actual situação difícil, venha terminar numa outra era de esperança como até aqui as projecções indicam.

**E**nderaçamos a todos os nossos leitores festas felizes e próspero Ano Novo. AMB





# BANCO CENTRAL INTERVEM NA BANCA COMERCIAL E SALVAGUARDA DIREITOS DOS CLIENTES



Administradora do Banco de Moçambique para área de Supervisão (ao centro), Dra. Joana Matsombe em conferência de imprensa

**N**a sua qualidade de entidade reguladora e de supervisão bancária, o Banco de Moçambique decidiu dissolver o Nosso Banco por considerar que a situação financeira e prudencial da instituição tem estado a caracterizar-se por uma contínua degradação dos principais indicadores prudenciais e de rendibilidade, nomeadamente, uma fraca capitalização, uma estrutura económico-financeira insustentável, bem assim graves problemas de liquidez e de gestão.

Fundamentando, o Nosso Banco, SA apresentou, em 2014, um plano de reestruturação, incluindo a sua recapitalização e alteração da estrutura de administração e gestão, que não surtiu os efeitos esperados.

Após sucessivos incumprimentos dos planos de recuperação apresentados, o Banco demonstrou incapacidade de sair da difícil situação económico-financeira em que se encontrava tendo-se, por conseguinte, colocado numa situação inviável.

Na operacionalização dos reembolsos dos depósitos, o Fundo de Garantia de Depósito (FGD) observa as limitações impostas por lei, nomeadamente as exclusões que constam do artigo 6 do referido Decreto.

A Administradora do Banco de Moçambique, Joana Matsombe, falando para os jornalistas à 18 de Novembro último, garantiu não haver razão para pânico porque o sistema bancário encontra-se estável, sólido e goza de

uma boa saúde. Durante a sua intervenção, a Administradora foi mais incisiva e esclareceu que o sistema bancário está suficientemente capitalizado e tem liquidez para satisfazer as necessidades do mercado, ou seja, dos seus clientes.

Joana Matsombe explicou ainda que a 31 de Outubro o Nosso Banco deveria ter aumentado o capital, facto que não se verificou, tornando-o inviável e fazendo com que ao Banco de Moçambique não restasse outra alternativa senão a sua dissolução e liquidação.

De acordo com a Administradora, a legislação em vigor garantiu que o Fundo de Garantia de Depósitos reembolsasse, numa primeira fase, a partir de dia 21 de Novembro do ano em curso, o montante até ao limite máximo de 20 mil meticais, a todos os depositantes singulares, cobrindo assim 91% dos cerca de 5000 depositantes dessa categoria. O remanescente dos depósitos será coberto pela massa falida, após o seu apuramento pela Comissão liquidatária.

A Administradora exortou os clientes a continuarem a depositar a sua confiança nos bancos comerciais e a não retirarem o seu dinheiro destas instituições para colocar por baixo dos colchões, porque tal prática não é segura. Apelou aos órgãos de informação presentes a colaborarem com o Banco de Moçambique na difusão da mensagem sobre a estabilidade do sistema financeiro.

## Nomeado Presidente da Comissão Liquidatária do Nosso Banco

João Machado, Presidente da Comissão de Liquidação do Nosso Banco



**O** Banco de Moçambique nomeou, no dia 7 de Dezembro de 2016, João Machado, director geral em Moçambique de uma empresa internacional de auditoria e consultoria, *Deloitte*, como Presidente da Comissão de Liquidação do Nosso Banco na qual integrarão mais dois membros em representação dos credores e accionistas a serem designados em Assembleia Geral.

Falando em conferência de Imprensa, no dia 8 de Dezembro de 2016, o Administrador do Banco de Moçambique para as áreas de Recursos Humanos, Jurídica e Regulamentação, Alberto Bila, disse que João Machado tem a missão de fixar em anúncios a lista de todos credores do Nosso Banco e respectivos valores e convocar uma Assembleia Geral dos credores e accionistas.

Após a eleição dos restantes membros a serem encontrados em Assembleia Geral e empossados pelo Banco de Moçambique, a Comissão de Liquidação do Nosso Banco terá competências de apurar o activo e passivo e proceder a respectiva venda e/ou reembolsar aos credores. O Banco de Moçambique irá supervisionar todo o processo, podendo ainda ser o recurso em casos de litígios entre a Comissão de Liquidação, credores e accionistas.

Alberto Bila disse ainda que o processo de reembolso de valores até 20 mil Mt está a decorrer sem sobressaltos e dos mais de cinco mil credores, já foram atendidos mais de 800 credores o que representa 17 por cento.

O tempo de vigência da Comissão de Liquidação do Nosso Banco é de um ano e o período de reembolso aos credores vai decorrer até 9 de Fevereiro de 2017. A capacidade instalada para o atendimento é de 150 credores por dia.

# Intervenção do BM no Moza Banco

O Banco de Moçambique (BM) suspendeu o conselho de administração e a comissão executiva do Moza Banco, entidade financeira detida em 51% pela Moza Capitais e onde o Novo Banco tem uma participação de 49%. O BM concluiu que a situação financeira e prudencial do Moza Banco tem vindo a degradar-se de forma insustentável". Estas circunstâncias tornaram necessário "reforçar as medidas extraordinárias de saneamento" do Moza Banco.



Face à degradação do Moza Banco, o Banco de Moçambique tomou a decisão de designar um conselho de administração provisório para aquela instituição financeira, presidido por João Figueiredo, e "suspender, com efeitos imediatos, os membros do conselho de administração e da comissão executiva do Moza Banco".

Segundo a administradora do Banco Central, Joana Matsombe, a situação é de tal ordem que o banco acabou por não merecer o resgate que está previsto na lei.

A principal causa da instabilidade do Moza Banco, na visão do Banco Central, reside no facto de não ter sido feita a recapitalização, que poderia completar o ajustamento do capital realizado em Assembleia Geral daquele Banco. Joana Matsombe esclareceu que depois que começaram a degradar-se os rácios

prudenciais desta instituição bancária, decidiu aumentar o capital, mas acabou não cumprindo com a sua decisão em 100%, tendo-o feito apenas em 80%.

Para o efeito, o Banco de Moçambique garantiu nomear uma Comissão de Avaliação que liderará o processo de recapitalização ou venda do Moza Banco, logo após a apresentação do relatório da empresa de consultoria KPMG.

Essa Comissão irá apreciar o "Memorandum Informativo", a ser preparado pela KPMG e pela Direcção Financeira do Moza Banco, para posterior remessa aos accionistas, habilitando-os à tomada de decisão sobre o aumento de capital, a deliberar pela Assembleia Geral, bem como irá acompanhar os resultados da votação da Assembleia Geral e promover a sua execução.

Esta medida faz parte das decisões que o Banco de Moçambique entende serem

necessárias com vista a estabelecer mecanismos para a consagração de procedimentos transparentes, céleres e eficazes, no quadro da operação da recapitalização/venda e das medidas extraordinárias de saneamento aplicadas ao Moza Banco.

Um comunicado de imprensa emitido no dia 7 de Dezembro de 2016, pelo Banco Central, explica que tais medidas são tomadas no cumprimento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A Comissão de Avaliação será composta pelo Presidente do Conselho de Administração Provisório do Moza Banco, 1º Vogal (Administrador do Banco de Moçambique) e 2º Vogal (representante do International Finance Corporation 'IFC', do Grupo Banco Mundial).



# Banco de Moçambique anuncia estabilização da inflação e redução da taxa de câmbio

O Governador do Banco de Moçambique (BM), Rogério Zandamela manifestou-se encorajado, no dia 19 de Dezembro de 2016, em Maputo, na cerimónia de encerramento do ano económico de 2016, pelo facto dos dados do último trimestre de 2016 indicarem que o ajuste monetário realizado começou a produzir os efeitos desejados. Constatou que a inflação, a taxa de câmbio e os agregados monetários e creditícios que foram monitorados estão a evoluir de forma consistente com a trajectória que sustenta os fundamentos da estabilidade macroeconómica e do sector financeiro.

Rogério Zandamela referiu que a taxa de câmbio do Metical tem se apresentado mais estável e com tendência a apreciação, cotando-se o dólar dos EUA em redor dos 72 Meticais até ao dia 16 de Dezembro, ou seja, uma apreciação nominal de 9 por cento relativamente à taxa mais alta registada no mercado. A depreciação acumulada afrouxou substancialmente para 54 por cento.

“Assim, temos fortes razões para acreditar que a inflação iniciou um ciclo de abrandamento, apontando as nossas previsões que a mesma se situe ao redor dos 27 por cento em finais de Dezembro, numa tendência decrescente que prosseguirá em 2017”, afirmou o Governador do Banco Central.

Referiu-se igualmente, que entre Outubro e Dezembro de 2016 observou-se uma tendência para a venda de divisas ao BM por iniciativa dos bancos comerciais, totalizando cerca de 174 milhões de dólares americanos, que não tem comparação com os últimos anos. Esta inversão de cenário permitiu ao BM constituir reservas internacionais, tendo o seu saldo incrementado para cerca de USD 1.760 milhões, suficiente para cobrir 3.5 meses de importações de bens e



Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela ladeado pelos Administradores da instituição. Maputo 19/12/2016

serviços não factoriais, excluindo os grandes projectos.

O Governador do BM referiu-se ainda das intervenções feitas ao Moza Banco e ao Nosso Banco que tinham em vista a mitigação do risco de contágio para todo o sistema, proteger os interesses dos depositantes e dos demais credores, bem assim a estabilidade dos mercados. Esta intervenção permitiu ao sistema financeiro moçambicano reforçar as suas condições de solidez e capitalização, com o rácio de solvabilidade médio a situar-se em 14,6 por cento, bem acima dos 8 por cento regulamentares.

Aproveitou a ocasião para apelar aos

bancos comerciais e as sociedades financeiras que operam no mercado nacional a continuarem a observar os mais altos padrões de rigor e profissionalismo na ponderação de riscos que a actividade financeira acarreta, bem assim as regras de governação corporativa, para que continuem a merecer o reconhecimento e a confiança dos accionistas, clientes e público em geral.

Entre outros desafios para 2017, Rogério Zandamela disse que, sob ponto de vista de gestão da política monetária, o BM vai continuar a tomar as medidas que se mostrarem adequadas e em tempo oportuno visando contribuir para a estabilização macroeconómica, particularmente a inflação, cuja meta é de cerca de 14 por cento no final de Dezembro de 2017, com crescimento económico em torno de 5,5 por cento.

Ao nível do sector financeiro, perante os riscos de conjuntura doméstica e internacional que se apresentam, o BM vai manter-se atento e vigilante à evolução do sector, reforçando a supervisão prudencial através de inspecções *off* e *on-site* para assegurar que as instituições que operam no país sigam as boas práticas internacionais e cumpram rigorosamente com as recomendações e normas emitidas pelo BM. Neste contexto, as instituições de crédito já foram instruídas a publicarem trimestralmente, com efeitos a partir de Março de 2017, informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez.



Representantes de instituições financeiras e outras entidades presentes na cerimónia de encerramento do ano económico 2016 no Banco de Moçambique

# Submetida pelo Governo: Assembleia da República aprova lei de transações electrónicas

**Para a Associação Moçambicana de Bancos, a actual “Revolução Electrónica” em marcha e que o Governo decidiu regular, permite, entre outro tipo de transações financeiras, o pagamento de vencimentos e fazer transferências para telefones móveis de cidadãos não bancarizados e que a lei aprovada pela Assembleia da República vai reforçar os níveis de confiança entre os clientes e os bancos comerciais, assim como reforçar mecanismos de gestão de riscos bancários.**

**A** Assembleia da República aprovou, por consenso, em Novembro de 2016, a lei das transacções electrónicas submetida pelo Governo, que regula as actividades, no âmbito do uso destas plataformas, enquadradas na estratégia do Governo Electrónico.

A lei composta por onze capítulos, estabelece também um ordenamento jurídico em que as mensagens de dados, comunicações electrónicas, comércio e serviços do Governo Electrónico se processam com celeridade e segurança jurídica.

Determina, igualmente, o regime sancionatório das infracções cibernéticas, garantindo a protecção do consumidor e o aumento da confiança do cidadão em utilizar as transacções electrónicas como meio de comunicação, prestação de serviços e de consumo em massa.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambui, disse na sua fundamentação à Assembleia da República, que a utilização pela actual geração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) faz circular com rapidez o conhecimento, havendo a necessidade de regular a sua utilização.

“A Revolução Digital em curso transformou significativamente as formas de comunicação entre os estados, governos e os cidadãos que têm nas TICs o seu principal factor dinamizador e tem influenciado as acções na área de cooperação internacional, governação corporativa, comércio, banca electrónica, negócios entre entidades do sector privado e até nas simples interacções entre os cidadãos, tornando a comunicação mais simplificada, rápida, menos onerosa e globalizada”, disse Nhambui, reconhecendo que a utilização destes meios vai tornar os centros governativos das corporações mais abertos e acessíveis aos interessados.

“A presente proposta de lei tem como finalidade dotar o país de um instrumento



legal para regular e disciplinar a interacção realizada com o suporte em sistemas electrónicos, no âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação em Moçambique e o estabelecimento de um regime sancionatório dentro do qual as transacções de mensagens de dados sobre o comércio e Governo Electrónico se processam de forma célere e segura. A adopção de uma lei de transacções electrónicas mostra-se urgente e prioritária, porque a crescente adopção e uso das TICs no nosso país tem trazido à luz os desafios que enfrentamos como Estado para garantir a segurança e privacidade do cidadão no espaço cibernético e, em particular, na internet”, esclareceu o ministro do pelouro.

Explicou que, neste momento há um registo crescente de casos de uso das TICs e transacções electrónicas para propósitos negativos e contrários ao quadro legal estabelecido no nosso país, em particular, os crimes cibernéticos. Por outro lado, avaliada a complexidade tecnológica que norteia a matéria, o Governo incluiu na proposta de lei o estabelecimento do Sistema de Certificação Digital do Estado, cuja implementação vai contemplar a participação de entidades públicas que

terão a responsabilidade de assegurar a autenticação, reconhecimento e certificação de documentos e assinaturas electrónicas.

Estas instituições vão também garantir a protecção da privacidade do cidadão no espaço cibernético e segurança de dados, informação e documentos no formato electrónico de nacionais e do Estado.

Depois dos pareceres favoráveis das comissões especializadas, foi submetida ao debate, tendo sido, posteriormente, aprovada por consenso em plenário.



# Apesar da conjuntura económica adversa: O Sistema Bancário Nacional manteve-se robusto em 2015

O Presidente da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), Dr. Teotónio Comiche disse, no passado dia 14 de Outubro de 2016, que num contexto de grandes desafios económicos e financeiros que Moçambique atravessa, o sistema bancário nacional manteve-se, em 2015, resiliente, robusto, confiante, diversificado e competitivo. [www.amb.co.mz/publicações](http://www.amb.co.mz/publicações) **Pesquisa do Sector Bancário 2016**



Dr. Teotónio Comiche  
Presidente da Associação Moçambicana de Bancos (AMB)

salvaguardar o adequado equilíbrio dos seus balanços; o rácio de transformação (crédito/depósitos) manteve-se satisfatório (79%), reflectindo uma posição confortável em termos de *funding* e liquidez; e os principais indicadores do sistema (activos totais, crédito e depósitos, resultados líquidos), evidenciam um crescimento positivo que se traduz na dinâmica da evolução da economia sustentado pela expansão de crédito para investimento (formação bruta de capital fixo) e para o consumo público e privado.

Noutro desenvolvimento, o Dr. Teotónio Comiche disse que perante os desafios que o país enfrenta, o sector financeiro é chamado a intervir, a fim de assegurar a bancarização da economia nacional, através do alargamento da amplitude de cobertura de instituições financeiras. Neste sentido e de acordo com os dados oficiais do Banco de Moçambique, o número de balcões em funcionamento evoluiu de 31 de Dezembro de 2014 a 31 de julho de 2016, de 572 para 612. Em termos de distribuição de balcões pelos distritos, verificou-se, no mesmo período, uma evolução crescente de 69 para 81. Estes números, embora não satisfatórios atendendo as assimetrias entre as zonas rurais e urbanas, ilustram um crescimento assinalável do sector financeiro, facto que orgulha a AMB, sobretudo, motiva aos Associados a prosseguir os esforços com vista ao alcance dos objectivos

O Presidente da AMB que falava na cerimónia de lançamento da Pesquisa do Sector Bancário, Edição 2016, disse que o estudo referente ao ano de 2015 apresentou uma boa performance de resultados, entre outros, destacou: a solidez dos bancos que se situou, em termos médios, em 20 por cento, estando acima do limite

mínimo regulamentar exigido, que é de 8 por cento, bem como das melhores práticas definidas no âmbito de Basileia II; o nível de sinistralidade da carteira de crédito evoluiu de 3,9 por cento em 2014 para 4,01 em 2015, não obstante ter-se registado um maior rigor na concessão, no acompanhamento e no controle do risco de crédito pelos bancos, de modo a

estabelecidos na estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

O Presidente da AMB sublinhou o papel determinante que o sistema bancário desempenha no aproveitamento das oportunidades que derivam do potencial de crescimento económico e social de Moçambique. Pois, ao longo dos anos a banca tem contribuído activamente no desenvolvimento e na sustentabilidade da economia real, disponibilizando aos agentes económicos produtos e serviços financeiros que lhes permitem viver o seu dia-a-dia facilmente, contribuindo deste modo, para a viabilização do processo de inclusão financeira.

Sobre a inclusão financeira, o Presidente da AMB salientou que o sistema financeiro regista mais de 600 balcões, um parque de mais de 1.600 ATM's e mais de 30 mil POS. Para a extensão dos serviços financeiros, estão sendo adoptadas outras soluções, como a rede de agentes bancários (actualmente com mais de 200 pontos de contacto com todo o território nacional) e, sobretudo, soluções de Moeda Electrónica, em telefonia móvel, que permite desde as tradicionais consultas a todo o tipo de transferências, pagamentos e compras de recargas, onde que que o cliente se encontre.

**"Hoje, é possível pagar vencimentos e fazer transferências para telefones móveis de cidadãos não bancarizados"**, sublinhou o Presidente da AMB.

Por outro lado, o Dr. Teotónio Comiche disse que há um esforço para garantir um sistema bancário forte, moderno, confiável, sustentável e inclusivo que se traduz em bancos bem capitalizados; balanços sólidos; adequados níveis de liquidez; acesso a "funding" em condições favoráveis; boa governação; gestão prudente; rigoroso controlo do risco e *compliance*; adequado desenvolvimento tecnológico; relação transparente com os clientes através de adopção de boas práticas e comunicação eficaz que contribua para uma relação de confiança com a sociedade civil.

Finalmente, o Presidente da AMB manifestou a sua satisfação pela colaboração dos Membros Associados na disponibilização de dados e informação para a elaboração do estudo sobre o sector bancário.

Por seu turno, o Ministro da Economia e Finanças e a Administradora do Banco de Moçambique, Dr. Adriano Maleiane e Dra. Joana Matsombe, respectivamente, reconheceram que, apesar das adversidades de 2015, o sector bancário continuou a providenciar padrões aceitáveis de investimento, facto demonstrado pelos níveis adequados de capital e crescimento de crédito resultantes do esforço dos Membros



Direita para esquerda: Quintino Cotão – Director Executivo da KPMG, Teotónio Comiche – Presidente da AMB, Adriano Maleiane – Ministro da Economia e Finanças, Joana Matsombe – Administradora do Banco de Moçambique e Abel Guaiaguaia – Revisor Oficial de Contas da KPMG

Associados da AMB. Saudaram, igualmente, o trabalho de estabelecimento e consolidação de um sistema bancário de confiança, através da adoção e aprimoramento de mecanismos e regulamentação na prestação dos serviços financeiros, com foco para o bem-servir aos cidadãos.

O Ministro da Economia e Finanças sublinhou que a presente edição é lançada num momento desafiador da conjuntura económica do País, destacando-se, entre outros, (i) a desaceleração da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que atingiu, no I semestre de 2016, os 4.4% comparativamente ao mesmo período de 2015 que foi de 6.2%; (ii) o aumento da inflação média anual, que se prevê, até ao final deste ano, permaneça nos 2 dígitos; (iii) a acentuada depreciação do Metical face as principais moedas estrangeiras; (iv) a diminuição do influxo da ajuda externa num contexto de abrandamento da economia mundial; (v) a redução do investimento directo estrangeiro; (vi) o baixo preço das principais matérias-primas no mercado internacional; (vii) bem como a tensão militar que perturba a livre circulação de pessoas e mercadorias no País.

Apesar destes factores, o sector bancário tem vindo, nos últimos anos, a desempenhar um papel crucial na dinamização do crescimento socioeconómico de Moçambique, através da promoção do financiamento para investimento da economia, captação de poupança financeira, oferta de produtos financeiros ajustados às necessidades das micro, pequenas e médias empresas, expansão de serviços

financeiros às zonas rurais, contribuindo para a bancarização e inclusão financeira e social.

Citando dados do Banco de Moçambique, o titular da pasta de Economia e Finanças disse que existiam, em finais de 2015, cerca de 4,2 milhões de contas bancárias de particulares, tendo o inquérito FinScope 2014 constatado que, no global, cerca de 20% da população adulta tem acesso aos produtos e serviços financeiros bancários, em Moçambique, sendo 40% na área urbana e 10% na área rural.

Participaram na cerimónia de lançamento da pesquisa sobre o Sector Bancário Moçambicano, Edição 2016 e que teve lugar nas instalações da KPMG, o Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Maleiane e a Administradora do Banco de Moçambique, Dra. Joana Matsombe, PCA's e PCE's das Instituições Financeiras nacionais representante da CTA, entre outras individualidades.

Acompanhe todos dados sobre a Pesquisa do Sector Bancário 2016 em [www.amb.co.mz/publicações](http://www.amb.co.mz/publicações)



## IV Conferência Nacional de Microfinanças

# Mega-projectos devem ser mais inclusivos nas zonas rurais

O Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia disse, na abertura da IV Conferência de Microfinanças, que decorreu nos dias 26 e 27 de Outubro de 2016, na Cidade da Matola, que os investimentos devem promover o bem-estar da população e das pequenas e médias empresas.

**N**uma altura que algumas populações residentes das zonas rurais onde estão instalados os mega-projectos queixam-se de falta de benefícios directos dos empreendimentos, o ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, defende a necessidade de uma nova abordagem dos investimentos como forma de acautelar as preocupações dos populares.

Celso Correia entende que é altura de os grandes projectos de investimentos serem cada vez mais inclusivos para a população e Pequenas e Médias Empresas, mas sem prejudicar o meio ambiente.

Por seu turno, o Director Nacional de Desenvolvimento Rural, Olegário Banze, destacou a importância de empoderamento das populações rurais através de programas inclusivos, incluindo com base em tecnologias para massificação de inclusão financeira.

Para a Sheila Santana Afonso, Secretária Permanente do MITADER que encerrou a conferência, a inclusão e a sustentabilidade são duas temáticas actuais e importantes a nível nacional e mundial, patentes nos 17 objectivos de Desenvolvimento Sustentável traçados pela ONU até 2030.

A nível nacional, o desafio é garantir que até 2022, pelo menos 35 por cento da população adulta em idade activa tenha acesso físico e/ou electrónico aos serviços e produtos financeiros providos por instituições regulamentadas.

O encontro que decorreu sob lema: “Por um sector financeiro inclusivo rumo a um desenvolvimento sustentável”, reuniu o governo, agentes financeiros nacionais e internacionais e agricultores de várias partes do país. Coube aos oradores da Associação Moçambicana de Bancos as apresentações sobre o uso das tecnologias de inovação no sistema financeiro, oportunidades de financiamento, gestão de risco e novos modelos de produção e financiamento ao agrogénio – garantias e lições aprendidas.



Celso Correia, Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

## Serviços e produtos financeiros cada vez mais abrangentes no país

Segundo o Banco de Moçambique, o sector financeiro moçambicano tem vindo a crescer num ritmo assinalável mercê da atenção especial do Governo e da entidade de regulação e de supervisão que é o Banco de Moçambique. Nos últimos dez anos, as políticas para o desenvolvimento do sector financeiro no quadro dos Planos Quinquenais do Governo, previram, entre outros, a promoção dum sistema financeiro nacional moderno, são e competitivo, assente em normas e regulamentos alinhados às boas práticas internacionais. Falando durante a realização da VI Conferência Nacional de Microfinanças, organizada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e que decorreu nos dias 26 e 27 de Outubro de 2016, na Cidade da Matola, Valdemar de Sousa disse que sobre os diversos domínios, incluindo à gestão corporativa e prudencial de risco, dados recentes

relativos a evolução do sistema financeiro moçambicano, mostram a abertura do mesmo a investidores nacionais e estrangeiros, na sequência de reformas económicas, jurídico-legais e financeiras iniciadas pelo país desde os meados dos anos 80 e que prosseguem até actualidade. Segundo o Administrador do Banco de Moçambique, Valdemar de Sousa, de um total de três bancos no início dos anos 90, passou-se para os actuais 19 bancos que contam com um total 632 balcões espalhados por 94 distritos do país. Todas as cidades capitais provinciais e municípios se juntam 36 agentes de microbancos, 12 organizações de poupança e empréstimo, 379 operadores de microcrédito e 7 cooperativas de crédito e o universo actual do sistema financeiro moçambicano abrange uma totalidade de 5 milhões de contas bancárias a que se adiciona 4.5 milhões de contas de moeda electrónica. Este crescimento foi sendo acompanhando

pelo reforço do papel de supervisão bancária com vista a assegurar equilíbrio e a estabilidade do sector financeiro tendo, mais recentemente, a sua actividade incluído matérias associadas ao combate de branqueamento de capitais e outros crimes conexos.

Falando à imprensa, Valdemar de Sousa reconheceu que apesar de estar em curso a Estratégia de Inclusão

Financeira, os níveis de inclusão em Moçambique ainda são muitos baixos ao



Dr. Teotónio Comiche, Presidente da AMB (à esquerda) durante a apresentação da Declaração de Maputo, sinal do compromisso entre o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Banco de Moçambique e a Associação Mocambicana de Bancos.

nível da região da SADC. Em 2007 os níveis de inclusão financeira rondavam nos 14 por cento e dados recentes apontam

para cerca de 17 por cento. A perspectiva é de que até 2020 e 2025, estes níveis de inclusão financeira estão a rondar nos 30 por cento porque o sistema bancário e as instituições financeiras de carácter formal não têm a capacidade de chegar mais próximo dos clientes.

Contudo, o administrador do BM reconheceu o papel que os bancos comerciais estão a desempenhar no capítulo da inclusão financeira, apesar dos desafios que estes enfrentam, tendo apontado como exemplo deste feito que em 2007 os bancos estavam presentes em 27 distritos e em 2016 em 90, embora o ideal seria estar presentes em todos 145 distritos que o país possui. O uso das tecnologias de informação e comunicação pelos bancos também permite reforçar a inclusão financeira onde não há presença física dos bancos.

## Banco de Moçambique mantém as taxas de juro e o coeficiente de reservas obrigatórias



Rogério Zandamela, Governador do Banco de Moçambique

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu, no dia 14 de Dezembro de 2016, manter as taxas de juro de referência e o coeficiente de reservas obrigatórias, após sucessivos aumentos, em face do abrandamento da inflação esperada. Contudo, alerta para o agravamento dos riscos domésticos.

Assim, o BM decidiu manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de liquidez nos 23,25%, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos nos 16,25%, assegurar o cumprimento da meta revista da base monetária estabelecida para Dezembro do ano em curso que

referência de imprensa, que a partir de Outubro de 2016, alguns indicadores monetários e financeiros começaram a evoluir no sentido esperado, com destaque para a taxa de câmbio, o que abre boas perspectivas para que a curto e médio prazos a inflação desacelere, permitindo assim reforçar o princípio de taxas de juro reais positivas.

Rogério Zandamele informou ainda que o Comité de Política Monetária mantém-se vigilante e a acompanhar de forma permanente os indicadores sujeitos a monitoria, com destaque para a inflação, podendo, por isso, no intervalo que vai desta sessão à próxima agendada para

é de 103.249 milhões de Meticals, manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias para a componente em moedas nacional e estrangeira em 15,50% e Instruir as Instituições de Crédito a publicar, trimestralmente, informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez, com efeitos a partir de Março de 2017.

O Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela disse, em con-

Fevereiro de 2017, tomar medidas correctivas que se mostrarem adequadas para reforçar a estabilidade macroeconómica e do sector financeiro.

Entretanto, e na eventualidade de os riscos identificados se materializarem, comprometendo evolução dos indicadores, o Banco de Moçambique poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião do CPMO agendada para o dia 14 de Fevereiro de 2017.

O CPMO analisou os desenvolvimentos recentes da conjuntura internacional caracterizada por sinais de recuperação da economia global e pela tendência para o aumento dos preços internacionais das *commodities*, em face da recuperação da actividade económica a que se assiste em algumas economias desenvolvidas e nos mercados emergentes.

Na conjuntura doméstica, o CPMO avaliou o comportamento recente dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros e as suas perspectivas para o final do corrente ano, que apontam para um crescimento do PIB em torno de 3,5% e a inflação anual abaixo da projecção de 30% anunciada em Outubro, em face da tendência mais recente da taxa de câmbio do Metical, conjugada com sinais de contenção da procura agregada resultante das medidas de política monetária restritivas que vêm sendo tomadas.



# Como único ponto focal: Governo cria Agência de Investimento e Comércio

**Centro de Promoção de Investimentos (CPI) + Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA) + Instituto para a Promoção de Exportações (IPEX) = Agência de Investimento e Comércio (AIC)**

O Governo de Moçambique criou, no dia 1 de Novembro de 2016 a Agência de Investimento e Comércio, em substituição do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA) e Instituto para a Promoção de Exportações (IPEX).

A decisão do Governo foi anunciada pelo porta-voz da 37ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide, Vice-Ministro da Saúde. O Governo também apreciou e aprovou o mesmo decreto no que diz respeito à extinção do CPI, GZETA e IPEX.

Saide adiantou que com o surgimento da referida Agência, tutelada pelo Ministério da Indústria e Comércio, serão aglutinadas de forma integrada e numa única entidade, as acções de promoção de investimento público-privado e as exportações.

«Com esta fusão e ao criar a Agência de Investimento e Comércio, o Conselho de Ministros pretende garantir maior alinhamento com os objectivos e metas do Governo em matéria de desenvolvimento e promoção de investimento e exportações», afirmou o porta-voz governamental. Acrescentou que outra finalidade da fusão do CPI, GAZETA e IPEX é criar sinergias entre as entidades directamente envolvidas e responsáveis pelo posicionamento do ambiente de investimento e negócios no país, fortalecer as relações com investidores, operadores do comércio externo, e criar um único ponto focal para a comunicação.

Caberá à Agência de Investimento e Comércio a responsabilidade de desenvolver e implementar acções para a promoção e gestão de processos de realização de investimentos privados e públicos, de origem nacional e

estrangeira, criar condições para o desenvolvimento e gestão das zonas económicas especiais, zonas francas industriais, bem como para a promoção de exportações nacionais.

Uma das consequências de maior impacto da fusão do CPI com GAZETA e IPEX, e a criação da Agência de Investimento e Comércio, será a redução do actual número de funcionários, que passará de 160 para apenas 60.

Conforme referiu Mouzinho Saide, as 16 delegações existentes em todo o território nacional passarão a ser somente duas, uma no Norte e outra no Centro do país. Os 13 serviços que existiam nas três instituições ora transformadas numa só serão reduzidos para quatro. Far-se-á a integração dos remanescentes funcionários noutras instituições, no âmbito da mobilidade prevista no Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE).

## BVM intensifica inclusão financeira

A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) e a Financial Sector Deepening Moçambique (FSDMoç) assinaram, no passado dia 14 de Outubro, em Maputo, um memorando de entendimento, tendo por objectivo a colaboração conjunta das duas instituições em projectos de interesse comum no âmbito da inclusão financeira em Moçambique.

A FSDMoç é um programa financiado pelo DFID (Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido), que visa apoiar e promover iniciativas de inclusão financeira que possam contribuir para a existência de um sector financeiro moçambicano mais competitivo e abrangente, concorrendo para a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

Segundo a BVM, este programa pretende ainda fortalecer os serviços financeiros prestados pelo sector privado, criar ligações entre os utentes finais e os fornecedores destes serviços, assim como promover as parcerias público-privadas, tornando desta forma o acesso aos serviços financeiros mais facilitado para todos, em particular para as pequenas e médias empresas, e para os pequenos agricultores e agregados familiares.

## AR aprova PES e OE para 2017



Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças explicando a essência do OE aos deputados da AR.

Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2017 é avaliado em 272,3 mil milhões o que representa uma redução em 1,5 pontos percentuais do PIB, quando comparado com 2016.

Quanto à distribuição, 68,8 % do OE vai para os sectores sociais. As Despesas de Funcionamento consumirão 156,4 mil milhões, as Despesas de Investimento absorverão 80,4 mil milhões e as Operações Financeiras consumirão 35,5 mil milhões.

O orçamento para 2017 tem um défice de 86 mil milhões de meticais. O orçamento para Defesa e Segurança vai baixar de 7,3% para 6,6% no próximo ano.

Quanto a origem, dos 272,3 mil milhões de meticais, 186,3 mil milhões advirão de receitas do Estado; 21,1 mil milhões serão garantidos através do recurso ao crédito interno à economia; 64,9 mil milhões por recursos externos, dos quais 21,7 por cento de donativos e 78,3 por cento em forma de créditos.

As propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2017 assentam nos pressupostos macroeconómicos de um crescimento económico de 5,5 por cento, superando a previsão de 3,9 por cento de 2016 e uma inflação média anual de 15,5 por cento, contra a previsão de 18 por cento do ano em curso.

O crescimento projectado pelo Governo para 2017 será, em grande medida, determinado pelo desempenho da agricultura, que deverá crescer 5,9 por cento; a electricidade e gás, na ordem de 8,9 por cento, e a indústria extractiva, que crescerá em 24 por cento.

## Sobre a Dívida Pública

# Moçambique sem capacidade para pagar e prossegue negociações com o FMI para restauração de confiança

O Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Maleiane assumiu que o governo moçambicano não terá capacidade financeira para pagar as próximas prestações das dívidas das empresas públicas.

De acordo com o jornal diário electrónico "Mercados", edição de 27 de Outubro de 2016, o Dr. Maleiane defende uma reestruturação dos pagamentos e uma nova ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A informação foi revelada numa reunião com os credores em Londres que o perfil da dívida pública garantida pelo Estado

moçambicano não é sustentável.

Na apresentação feita aos credores, o governo moçambicano evidenciou a incapacidade do pagamento das dívidas das empresas que realizaram empréstimos não declarados.

A dívida pública irá atingir 130% do PIB este ano e a previsão do crescimento económico foi revisto em baixa e devera situar-se em torno dos 3.7%.

Moçambique verá a sua dívida pública subir para 112,6% este ano e abrandar para 103,2% em 2017. As regras do financiamento do FMI dizem que não se pode dar ajuda financeira ao país com

débito, que possui uma dívida com esforço problemático. Para avaliar esta dívida, o FMI recorre aos indicadores próprios.

Falando na Rádio Moçambique, no passado dia 7 de Novembro de 2016, em torno da auditoria internacional sobre os contornos da dívida pública moçambicana, o Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Maleiane, disse que os esclarecimentos em torno da dívida pública visam restabelecer a confiança com os doadores internacionais e impulsionar novos investimentos para o país.

## FMI anuncia que Moçambique necessita de medidas adicionais para consolidar-se e receber apoio internacional

A Missão do Departamento Monetário e Mercado de Capitais (MCM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), encabeçada por Michel Lazare e que trabalhou em Moçambique de 1 a 12 de Dezembro de 2016, disse ser necessário que Moçambique adicione ajustes para continuar a consolidar a estabilidade macroeconómica e financeira e receber apoio do FMI.

No final dos trabalhos, a equipa técnica do FMI foi recebida pelo Primeiro-Ministro de Moçambique, Carlos do Rosário.



Encontro entre a equipa técnica do FMI e o Primeiro de Moçambique, Carlos Agostinho do Rosário, no final de mais uma missão

**E**m comunicado final, o FMI disse que embora se tenha registado bom progresso em várias questões técnicas, são necessários ajustes adicionais de políticas para continuar a consolidar a estabilidade macroeconómica e financeira, e abrir espaço para um programa apoiado pelo FMI. Citamos na íntegra o conteúdo do comunicado:

“Tem se observado vários desenvolvimentos económicos positivos durante os últimos meses. A contenção da política monetária desde Outubro de 2016, resultou num reajustamento do mercado cambial com o metical a apreciar em cerca de 8 por cento em relação ao dólar desde final de Setembro, após uma depreciação de 40 por cento nos primeiros nove meses do ano.

Para além disso, o défice da conta corrente da balança de pagamentos tem estado a diminuir rapidamente, aliado a uma queda acentuada nas importações e a exportações ligeiramente mais estáveis, apoiadas pelo aumento dos preços globais do carvão. Como



resultado, apesar dos fluxos limitados de investimento directo estrangeiro e de financiamento dos doadores, o *stock* de reservas internacionais tem vindo a crescer ultimamente e deverá cobrir cerca de 3,5 meses de importações não relacionadas com mega-projectos no final de 2016.

“Contudo, persistem desafios às perspectivas económicas. O crescimento decresceu em 2016 e é projectado agora em 3,4 por cento (de 6,6 por cento em 2015). A inflação, que deverá atingir um pico em breve, ainda está alta. A despesa acrescida com salários e remunerações tem pressionado a política fiscal, apesar de que o défice orçamental de 2016 deverá decrescer para cerca de 6 por cento do PIB em 2016, em linha com a lei orçamental revista adoptada pelo Parlamento em Julho de 2016. A dívida pública total, denominada maioritariamente em moeda estrangeira, aumentou para níveis insustentáveis em 2016 devido ao acréscimo dos créditos anteriormente não revelados de 1,4 mil milhões (10,7 por cento do PIB), aliado ao impacto da depreciação da taxa de câmbio.

“Discussões sobre um possível acordo com o Fundo decorreram num ambiente construtivo e de colaboração. Embora se tenha registado bom progresso em várias questões técnicas, são necessários ajustes adicionais de políticas para

continuar a consolidar a estabilidade macroeconómica e financeira, e abrir espaço para um programa apoiado pelo Fundo.

Notavelmente, é necessária uma consolidação fiscal adicional em 2017. Atenção especial deve ser dada à contenção da expansão da folha salarial e eliminação gradual dos subsídios gerais aos preços. A protecção de programas sociais críticos e o reforço do sistema de segurança social devem amortecer o impacto dessas medidas sobre as camadas mais vulneráveis da população. A preservação da sustentabilidade fiscal também requer limitar os riscos fiscais



apresentados por algumas empresas públicas de grande dimensão. Mobilizar receita adicional através da redução de isenções fiscais e fortalecimento da gestão da receita é também essencial. Em adição, a missão destacou que um compromisso sólido para com o ajuste fiscal é um elemento essencial para facilitar as discussões sobre a reestruturação da dívida com os credores. Na componente monetária, a missão acolheu com agrado o compromisso do banco central de reduzir a inflação,

salvaguardando, ao mesmo tempo, a estabilidade financeira. Para fazer frente às vulnerabilidades do sector financeiro, a missão instou o banco central a continuar atento aos riscos, garantir uma provisão de liquidez adequada para a economia e continuar a melhorar a supervisão e aplicação dos regulamentos prudenciais. “A missão acolheu favoravelmente o acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Embaixada da Suécia sobre os termos de referência detalhados e a selecção de uma empresa internacional para realizar a auditoria independente em curso da EMATUM, Proindicus e MAM. No momento oportuno, será importante considerar fortes reformas de governação para atender às conclusões e recomendações do relatório da auditoria.

“As discussões sobre um novo programa de apoio com o Fundo continuarão no primeiro trimestre de 2017. A missão agradece às autoridades pela sua contínua hospitalidade e estreita colaboração.”

Recorde-se que a equipa de funcionários do FMI também encabeçada por Michel Lazare realizou a primeira visita a Moçambique de 23 a 29 de Setembro de 2016, com a mesma missão de avaliar a evolução económica e discutir as políticas do Governo para restaurar a confiança e reforçar a estabilidade económica, tendo, na altura, saudado as medidas da política económica adoptadas pelo Governo.

## Moçambique: crise económica força encerramento de mais de cem empresas em Sofala

**E**m resultado do fecho das referidas firmas, 466 trabalhadores perderam os seus postos de emprego, de acordo com o director provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social desta parcela do país, Jaime Chicamisse.

Chicamisse disse ao “Diário de Moçambique”, que as firmas que fecharam as portas debatiam-se com problemas de rentabilidade.

Quanto aos ramos de actividades, aquele responsável revelou que a maioria das empresas que encerraram está ligada aos ramos de prestação de serviços e comércio, constando algumas do sector da indústria transformadora.

A cidade da Beira, maior parque industrial de Sofala, é a região com maior parte de firmas encerradas, seguido dos distritos de Dondo, Marromeu, Nhamatanda e Búzi.

Num outro desenvolvimento, Chicamisse revelou que em contrapartida a direcção provincial do Trabalho, Emprego e



Segurança Social recebeu comunicação de início de actividades de 258 novas empresas, de Janeiro a Dezembro deste

ano, e está neste momento a fazer o levantamento do número de pessoas que se beneficiaram de postos de trabalho.

Este já é um bom sinal, embora a maior parte sejam micro e médias empresas.

Destas novas que abriram as portas, a maioria são do ramo comercial, prestação de serviços e muito poucas de restauração”, disse Chicamisse.

## Relatório Global de Competitividade de 2016/2017:

# Moçambique na mesma posição



De acordo com o Relatório Global de Competitividade de 2016/2017 elaborado pelo Fórum Económico Mundial, revela que Moçambique manteve-se na mesma posição. É o pior país classificado de entre os de língua portuguesa incluídos na edição do Índice Global de Competitividade, divulgado recentemente pelo Fórum Económico Mundial, tendo caído cinco posições para o 138º lugar numa lista que inclui 144 nações.

Anualmente, o Fórum Económico

Mundial analisa instituições, infra-estruturas, ambiente macroeconómico, saúde e educação, ensino superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, financeiro, disponibilidade de tecnologia, tamanho do mercado, sofisticação de negócios e inovação nos países.

O documento revela que Portugal é o país mais competitivo de entre os quatro de língua portuguesa, tendo se situado na 46.ª posição, perdeu no entanto seis lugares relativamente à lista incluída no

relatório relativo a 2015/2016. A lista divulgada terça-feira menciona apenas quatro países de língua portuguesa – Portugal, Brasil (81), Cabo Verde (110) e Moçambique (133) – entre os 138 que são arrumados de acordo com o respectivo índice de competitividade.

Relativamente à anterior edição da lista, que é liderada de novo pela Suíça, o Brasil perdeu seis posições, Cabo Verde ganhou duas posições e Moçambique manteve-se na mesma posição. Nos primeiros lugares desta lista surgem, depois da Suíça, Singapura, Estados Unidos, Países Baixos, Alemanha, Suécia, Reino Unido, Japão, Hong Kong e Finlândia. A elaboração desta lista teve por base a análise de 118 variáveis agrupadas em 12 categorias: instituições, infra-estrutura, ambiente macroeconómico, saúde e educação primária, educação superior e formação, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho de mercado, sofisticação empresarial e inovação. Jornal Mercados

## O crescimento económico de África continua em baixa

Segundo o Banco Mundial, depois de ter abrandado para 3% em 2015, o crescimento económico na África Subsariana registou uma queda adicional para 1,6% em 2016, o nível mais baixo em mais de duas décadas. O declínio abrupto do crescimento agregado reflecte as condições económicas adversas nas maiores economias e exportadores de matérias-primas da região. Muitos destes países continuam a enfrentar desafios no que toca aos baixos preços das matérias-primas, condições financeiras restritivas e incertezas na política interna. A actividade económica tem sido particularmente débil nos países exportadores de petróleo. Ao mesmo tempo, o crescimento económico em cerca de um quarto dos países da região está a mostrar sinais de resiliência.

No seu comunicado de imprensa publicado *on line* a 20 de Setembro de

2016, estes últimos números estão descritos no novo **Africa's Pulse**, a análise semestral das tendências e dados económicos do Banco Mundial para a região. O crescimento está longe de ser homogéneo, sugerindo que os países estão a crescer a velocidades divergentes. Enquanto muitos países estão a registar uma derrapagem acentuada no crescimento económico, já outros, como a Etiópia, Ruanda e Tanzânia, continuaram a experimentar taxas médias anuais de crescimento superiores a 6%. Alguns países, incluindo a Costa do Marfim e o Senegal, apresentaram os melhores desempenhos.

“A nossa análise indica que os países com um desempenho mais resiliente em termos de crescimento tendem a possuir um enquadramento de política macroeconómica mais sólido, um melhor quadro regulamentar da actividade

*económica, uma estrutura mais diversificada de exportações e instituições mais eficazes” diz Albert Zeufack, Economista Chefe do Banco Mundial para África.*

Apesar de uma recente retoma, os preços das matérias-primas deverão permanecer muito abaixo dos seus máximos de 2011–2014, traduzindo a fraca retoma mundial. Confrontados com necessidades crescentes de financiamento, os exportadores de matérias-primas começaram a ajustar-se, mas os esforços têm sido irregulares e permanecem insuficientes. Neste contexto, espera-se uma recuperação modesta, prevendo-se que o PIB real da África Subsariana cresça 2,9%, em 2017 e registre uma subida moderada para 3,6%, em 2018.

**Africa's Pulse** refere que o desempenho económico da região em 2017 continuará a ser marcado por variações entre países. Enquanto as economias maiores e outros



exportadores de matérias-primas deverão registar um aumento modesto no crescimento do PIB, à medida que os preços das matérias-primas continuam a estabilizar, prevê-se que a actividade económica continue a crescer a um ritmo robusto no resto da região, apoiada em parte pelos investimentos em infra-estruturas.

Prevenido-se que o ambiente externo continue adverso, seriam necessários ajustamentos mais profundos em alguns países para conter, tanto os défices orçamentais como os da conta corrente, e para restaurar políticas estabilizadoras. O **Pulse** argumenta ainda que, a par dos ajustamentos das políticas macroeconómicas, os países precisarão de acelerar as reformas estruturais para melhorar as perspectivas de crescimento de médio prazo.

## Aumento da Produtividade Agrícola para a Redução da Pobreza



O declínio nos preços do petróleo e das matérias-primas prejudicou os países ricos em recursos e sinaliza a necessidade urgente de diversificação económica na região, incluindo mediante melhorias na agricultura. O crescimento da produtividade agrícola em África está aquém do registado noutras regiões. Enquanto os aumentos da produção noutras regiões do mundo foram impulsionados pelo melhor uso dos factores de produção e por melhorias em tecnologias de produção, em África eles resultaram, sobretudo, da expansão da área de cultivo.

A despesa pública com a agricultura em África também é inferior à de outras regiões em desenvolvimento, embora a agricultura seja responsável por um terço do PIB de toda a região e empregue dois terços da força de trabalho, estando os países mais pobres mais fortemente dependentes da agricultura. São

necessárias escolhas inteligentes de investimentos e de políticas para se promover o crescimento na economia rural, acelerar a redução da pobreza e promover um crescimento inclusivo. O aumento da produtividade agrícola é essencial para se impulsionar a transformação estrutural e gerir a transição urbana, através do aumento dos rendimentos e da possibilidade de mais pessoas abandonarem a agricultura.

*“Aumentar a produtividade dos pequenos proprietários agrícolas é fundamental para se elevar os rendimentos rurais e reduzir a pobreza na África Subsaariana,”* diz **Punam Chuhan-Pole, Economista Chefe do Banco Mundial para África** e o autor do relatório. *“Mas para desencadear essa produtividade é necessário investir em bens públicos rurais, tais como infra-estrutura rural, investigação agrícola e uso de tecnologias melhoradas, assim como na existência de dados e evidências de boa qualidade.”*

Como os mercados regionais de África evoluem rapidamente — prevenido-se que atinjam um trilhão de dólares até 2030 — há um enorme potencial de aumento da produção e da produtividade. O **Pulse** constata que os países da África Subsaariana subfinanciam investimentos de retorno elevado e que um aumento da eficiência dos actuais gastos públicos na agricultura com o simultâneo reequilíbrio da sua composição poderia colher benefícios maciços.

Para se avançar, **Africa's Pulse** recomenda que os países tomem medidas urgentes para se ajustarem aos baixos preços das matérias-primas, resolverem as vulnerabilidades económicas e desenvolverem novas fontes de crescimento sustentável e inclusivo. Ao promoverem o aumento da produtividade agrícola, os países não só aumentam os rendimentos das famílias rurais como também irão baixar os preços dos alimentos e promover o desenvolvimento da indústria agro-alimentar.

## Carvão duplica preços e reacende expectativas

Os preços do carvão nos mercados internacionais subiram, desde o início deste ano, de oitenta para 190 dólares americanos por tonelada, reagindo aos cortes de produção registados nos últimos meses.

O cenário, descrito num estudo da Economist Intelligence Unit (EIU) — uma entidade internacional de pesquisa de mercados — permite o relançamento de

iniciativas de extracção mineira e o melhoramento das perspectivas em relação aos projectos de infra-estruturas baseados em Moçambique.

Exemplo disso é a indiana Jindal Steel & Power Ltd. que decidiu retomar as suas operações na mina de Chirodzi, na província de Tete, alcançando uma produção mensal de 300 mil toneladas.

A baixa do preço de matérias-primas como o carvão tinha diminuído a confiança na rápida execução de projectos de infra-estruturas, como o de uma linha ferroviária com 1600 quilómetros, recentemente aprovado por Moçambique, Botswana e Zimbabwe, para servir o porto de águas profundas de Techobanine, na província de Maputo, ligando-o à região mineira de Francistown, no leste do Botswana, através do Zimbabwe.

O consórcio internacional responsável pelo projecto do porto, com um custo estimado em mil milhões de dólares, integra a empresa portuária chinesa China Harbour Engineering Co, além da Bela Vista Holdings (BVH) e a sul-africana Transnet, empresa pública de caminhos-de-ferro da África do Sul.

Moçambique e Botswana acordaram inicialmente este projecto em 2010, numa versão de mil e cem quilómetros de ferrovia com capacidade para transportar 200 milhões de toneladas de mercadoria diversa por ano, incluindo carga geral a granel, minérios, combustíveis e passageiros.

De acordo com a Economist Intelligence Unit o Botswana disponibilizou-se a financiar a construção da linha férrea, que criaria “uma muito necessária capacidade de escoamento para as suas minas de carvão no leste do país, que afectou o desenvolvimento da indústria carbonífera, apesar das suas reservas super-abundantes.”

Para o Zimbabwe, a infra-estrutura abre também oportunidades de crescimento de exportações, enquanto para Moçambique permite “o desenvolvimento de um novo e potencialmente vibrante porto.”

Além dos preços do carvão, a fonte também se refere aos preços do gás natural, a que estão ligados alguns dos principais projectos de infra-estruturas em Moçambique, como estando a registar sensíveis subidas, em particular desde Julho, tendo atingido, em Setembro, os valores mais elevados de 2016.

Prezados Membros da Associação Moçambicana de Bancos (AMB).

Terminamos o ano de 2016 continuando num ambiente adverso, iniciado em 2014, que se caracterizou pela instabilidade na conjuntura económica nacional e internacional.

Consciente da nossa responsabilidade no contributo para o crescimento da economia nacional, apreciei positivamente a reacção que cada Membro Associado foi tomando na adaptação e resiliência aos diversos choques financeiros.

É minha expectativa, enquanto um sector chave para a economia nacional, que as lições aprendidas da crise económica que nos afectou em 2016, contribuam para a consolidação dum sistema financeiro cada vez mais forte e que em 2017 possamos embarcar mais ajustados e consistentes na promoção dum sistema financeiro cada vez mais robusto e inclusivo.

À todos membros Associados da AMB, aos funcionários, aos clientes e ao público em geral, endereço os meus votos de Festas Felizes e próspero Ano Novo.

Teotónio Comiche  
Presidente de Direcção da AMB



[www.bancabc.co.mz](http://www.bancabc.co.mz)



**Banco Mais**  
[www.bancomais.co.mz](http://www.bancomais.co.mz)



**Barclays Bank**  
Moçambique, SA  
[www.barclays.co.mz](http://www.barclays.co.mz)



**Banco Comercial e de Investimentos, SA**  
[www.bci.co.mz](http://www.bci.co.mz)



[www.BIG.Co.mz](http://www.BIG.Co.mz)



**Banco Terra, SA**  
[www.bancoterra.co.mz](http://www.bancoterra.co.mz)



**Banco Nacional de Investimento, SA**  
[www.bni.co.mz](http://www.bni.co.mz)



**Ecobank, SA**  
[www.ecobank.com](http://www.ecobank.com)



[www.gapi.co.mz](http://www.gapi.co.mz)



**Capital Bank, SA**  
[www.capitalbank.co.mz](http://www.capitalbank.co.mz)



**FNB Moçambique, SA**  
[www.fnb.co.mz](http://www.fnb.co.mz)



**Banco Internacional de Moçambique, SA**  
[www.millenniumbim.co.mz](http://www.millenniumbim.co.mz)



**Moza Banco, SA**  
[www.mozabanco.co.mz](http://www.mozabanco.co.mz)



**Standard Bank, SA**  
[www.standardbank.co.mz](http://www.standardbank.co.mz)



**SOCIETE GENERALE MOÇAMBIQUE**  
[www.societegenerale.co.mz](http://www.societegenerale.co.mz)



[www.ubagroup.com](http://www.ubagroup.com)



[www.bancounico.co.mz](http://www.bancounico.co.mz)

## Ficha técnica

### AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 09, Dezembro de 2016; **Coordenador Editorial:** José Mussane (Secretário Geral da AMB); **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB); **Análise Económica:** Oldemiro Belchior (Assessor Económico da AMB); **Revisão:** Anastácia Rosária; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: [ambancos@teledata.mz](mailto:ambancos@teledata.mz) [www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz)

Maputo - Moçambique